



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**EIXO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: O trabalho profissional de
Assistentes Sociais**

**Trabalho profissional nas políticas de saúde e educação:
confluências e particularidades**

Suellen Regina de Freitas Ferreira¹
Roberta Ferreira Coelho de Andrade²
Shirley Vitória Teixeira de Menezes³
Viviane Gonçalves de Araújo⁴

Resumo: O artigo põe em foco o trabalho profissional de assistentes sociais, nas políticas de educação e saúde, buscando evidenciar suas confluências e particularidades. Foi construído a partir da pesquisa bibliográfica. Evidencia que, em ambas as políticas, os assistentes sociais lidam com múltiplas expressões da questão social e são desafiados a defender suas prerrogativas profissionais, visto que ainda há a apresentação de demandas incompatíveis com a profissão.

Palavras-chave: Serviço Social; trabalho profissional; saúde; educação

Abstract: The article focuses on the professional work of social workers in education and health policies, seeking to highlight their convergences and particularities. It was constructed based on bibliographic research. It shows that, in both policies, social workers deal with multiple expressions of social issues and are challenged to defend their professional prerogatives, since there are still demands that are incompatible with the profession.

Keywords: Social Work; professional work; health; education

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca refletir sobre o trabalho profissional do assistente social na política de educação e na política de saúde, evidenciando suas confluências e particularidades, entendendo que ambas as políticas, em seus espaços sócio-ocupacionais, incorporam os

¹ Assistente social concursada na UFAM. Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia e assistente social pela Universidade Federal do Amazonas, suellen@outlook.com

² Assistente Social. Professora Associada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM. Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Líder do Grupo de Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS). Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

³ Assistente Social concursada na Seduc-AM. Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - PPGSS da Universidade do Amazonas. shirleyvitoriamezesa@gmail.com

⁴ Assistente Social concursada na Seduc-AM. Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - PPGSS da Universidade do Amazonas. E-mail: viviannaraujo@outlook.com



profissionais desde a gênese da profissão.

O assistente social tem como seu objeto de estudo e trabalho as múltiplas expressões da questão social, que perpassam o cotidiano de trabalho dos serviços oferecidos nos mais variados espaços das políticas públicas e sociais.

As reflexões esboçadas no texto resultam das pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), vinculado ao Departamento de Serviço Social (DSS) e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS). Tais pesquisas, conduzidas em nível de graduação e pós-graduação, contam com patrocínio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O artigo está organizado em seções que contemplam a inserção e o desenvolvimento do trabalho profissional nas políticas de educação e saúde para, por fim, esboçar particularidades e confluências em ambas as políticas.

2 SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Ao lançar nossos olhares para a inserção do serviço social na política de educação no Brasil, podemos verificar que os assistentes sociais desde a gênese da profissão na década de 1930 estavam presentes nos espaços sócio-ocupacionais da educação, como pode ser verificado na obra de Witiuk (2004), a partir dos trabalhos de conclusão de curso, referenciando a inserção dos assistentes sociais no espaço escolar.

CFESS (2012) explica que a principal marca da inserção dos assistentes sociais na política de educação é a garantia da educação escolarizada. Os profissionais passam a ser inseridos através de programas e projetos para o acesso e a garantia da permanência, buscando reduzir as desigualdades resultantes do processo hegemônico do capital no país.

Nesse cerne, podemos verificar dois momentos de inserção das profissionais com maior destaque: o primeiro na década de 1940, marcado pelo Pós-Segunda Guerra Mundial e pela economia desenvolvimentista no Brasil; com o aumento das desigualdades que rebatem diretamente no espaço escolar, ocorreu o primeiro Decreto n. 1394/1946, sobre a inserção dos assistentes sociais no espaço escolar e demais iniciativas governamentais (Amaro, 2011).

Ainda na década de 1946, a Constituição Federal de 1946 passou a garantir a obrigatoriedade do ensino, e propôs uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que em seu Art. 172 definiu a obrigatoriedade da assistência educacional para cada sistema de ensino regular destinado a alunos necessitados (Brasil, 1946, p. 89). Esse cenário permitiu que as assistentes sociais fossem inseridas no espaço escolar, nas secretarias de ensino e outras unidades educacionais com a finalidade de garantir o acesso e a permanência dos alunos, uma



vez que o capital necessitava minimamente de uma população com o segundo grau completo para operar nas fábricas e demais serviços.

O segundo momento de inserção do serviço social que se tem destaque acompanha o processo da década de 1980, com a retomada do processo de redemocratização do país, que culminou com a aprovação da Constituição Federal de 1988, caracterizada pelas múltiplas garantias de direitos para a população brasileira. Por meio dela, a educação é entendida como um direito, permitindo a municipalização e descentralização das políticas públicas e sociais, que estabeleceu a cada estado e município brasileiro a responsabilidade de assegurar o acesso, o acompanhamento e a permanência dos estudantes nas unidades educacionais.

Contudo, na década de 1990, com a propagação do ideário neoliberal no país, os direitos conquistados não foram consolidados de forma efetiva; no entanto, as lutas oriundas da inserção do trabalho das assistentes sociais na educação foram alcançando maiores proporções com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996.

Santos (2009) explica que a LDB/1996 possibilitou mudanças no campo educacional com a inclusão de outros profissionais na área da educação com a finalidade de colaborar com o processo educacional. Nesse contexto, observamos mais uma vez a ampliação dos espaços sócio-ocupacionais da política de educação. Parte da inserção dos assistentes sociais decorreu do aguçar das expressões da questão social que ressoam no espaço escolar e resultou também dos esforços engendrados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), junto aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) para discutir e monitorar as propostas existentes em forma de lei, nos estados e municípios que se relacionavam com a inserção dos assistentes sociais na política de educação.

Nos anos de 2008 – 2011, através do grupo de trabalho técnico reunindo-se com frequência, foi possível acompanhar mais os trâmites das leis e conhecer os profissionais. Por meio dos Conselhos Regionais foi criado através dos estudos e debates o documento norteador do trabalho dos assistentes sociais na educação, os subsídios para atuação profissional de assistentes sociais na política de educação, resultado das discussões iniciadas nos anos 2000 (CFESS, 2012).

De acordo com o documento, o trabalho profissional do assistente social na política de educação deve ser orientado em consonância com o Projeto Ético-político do Serviço Social, para desvelar as expressões da questão social, compreendendo suas particularidades, vinculadas à classe trabalhadora, dentro de uma compreensão de educação que busque além da perspectiva escolarizada (CFESS, 2012). Sendo assim, o trabalho do assistente social na política de educação, ainda que se situe em uma relação contraditória de contribuir com o acesso e a permanência no espaço escolar, busca por meio de seu trabalho uma educação crítica comprometida com a democracia e com a justiça social.

Assim, o trabalho do serviço social procura elucidar e identificar as determinações econômicas, sociais, culturais e ambientais que rebatem no espaço escolar. Nesse campo



identificam-se expressões da questão social, como evasão escolar, vulnerabilidades econômicas, violência intrafamiliar e demais situações de violência, tais como violência sistemática (*bullying*) do modo presencial na escola, ou na modalidade virtual (*cyberbullying*), dificuldade de aprendizagem, gravidez na adolescência, entre outras (Menezes, 2022).

As principais expressões da questão social presentes da educação básica nos municípios do interior do estado são infrequência escolar, violação de direitos de crianças e adolescentes, evasão escolar, automutilação, *bullying* ou *ciberbullying* e drogadição. A atuação do assistente social na política de educação no Amazonas constitui-se como um campo de complexidades, desafios e particularidades que refletem as contradições do sistema capitalista, bem como das particularidades socioambientais, culturais e institucionais da região. As dificuldades de reconhecimento das particularidades regionais, aliadas às condições de trabalho precarizadas, impactam na efetividade das ações e na promoção de direitos sociais, exigindo uma formação crítica, autônoma e intercultural para apreender as demandas emergentes na educação básica no Amazonas (Araújo, 2023).

Os assistentes sociais que trabalham na educação básica em municípios do interior do estado ainda enfrentam desafios para reconhecer as particularidades socioambientais e culturais da região amazônica. Isso impacta a compreensão das expressões da questão social e, conseqüentemente, afeta a formulação de respostas profissionais. Conforme Andrade, Menezes e Araújo (2022, p. 177), deve-se considerar que

[...] há realidades distintas vivenciadas nas zonas urbanas e rurais, que apresentam necessidades e demandas diferentes ao trabalho profissional. No caso específico da política de educação básica, os assistentes sociais que atuam na Amazônia têm o grande desafio de identificar as demandas regionais, percebendo os elementos constitutivos da questão social na Amazônia, o modo de vida ribeirinho, suas particularidades, suas características educacionais e pedagógicas.

As atribuições do assistente social na educação compreendem ações junto às famílias, estudantes, comunidades e redes de políticas sociais, além de participação na elaboração, execução e avaliação de projetos e programas públicos. A maioria dos profissionais enfrenta desafios de sobrecarga de atividades, muitas vezes alheias às suas atribuições privativas, devido à insuficiência de profissionais ante a demanda social crescente, sob a influência dos interesses institucionais, além da precarização do vínculo empregatício e insuficiência de recursos materiais e humanos. O trabalho profissional do assistente social está frequentemente marcado por atividades burocráticas, atendimentos pontuais e descontinuidades, que limitam sua autonomia e potencial de transformação social (Araújo, 2023).

No que tange às particularidades regionais, os profissionais precisam lidar com a vasta extensão territorial, a diversidade étnico-cultural, o modo de vida indígena e tradicional, além das mudanças climáticas. Para fortalecer o trabalho profissional do assistente social na educação do Amazonas, é imprescindível investir na formação continuada, na valorização das particularidades socioculturais e ambientais, e na ampliação de políticas públicas que reconheçam as



particularidades regionais.

Nesse sentido, é necessário fortalecer a formação crítica, ampliar a autonomia profissional e valorizar as particularidades socioculturais, contribuindo para uma educação emancipatória e de qualidade, que respeite a diversidade, sustentabilidade e a multiculturalidade dos povos originários e tradicionais.

2.1 Social na política de saúde

Enquanto profissão que tem por objeto de trabalho as expressões da questão social, o Serviço Social está presente nos mais diversos campos de trabalho que envolvam a mediação entre a classe trabalhadora e o capital. Dentre estes, destaca-se o campo das políticas públicas e, neste item, trataremos em especial sobre o trabalho na política de saúde para, no próximo, tecermos confluências e particularidades entre as características do trabalho nas políticas de educação e saúde.

De acordo com Matos (2017), a inserção do Serviço Social nos serviços de saúde ocorreu inicialmente a partir de uma busca de construção do exercício profissional a partir do modelo médico clínico. Esse processo se deu na década de 1940, no contexto de construção do próprio serviço de saúde no Brasil, quando o campo de conhecimento das profissões envolvidas se pautava em pressupostos positivistas.

Conforme Bravo e Matos (2009), os/as assistentes sociais consolidaram uma função de caráter educativo, com intervenção normativa sobre o modo de vida da “clientela”, com direcionamento aos hábitos de higiene e saúde.

Para Matos (2017), as bases do Serviço Social começaram a se modificar a partir da década de 1960, período em que emergiu, no Brasil e na América Latina, o movimento de reconceituação do Serviço Social. Nos anos 1970, ocorreram na profissão os processos de renovação e intenção de ruptura, que se deram internamente e de forma paralela ao movimento da reforma sanitária brasileira, do qual trataremos adiante. Entretanto, até o final dos anos 1970, mesmo com o aparecimento de outras direções para a profissão, o processo organizativo da categoria e o aprofundamento teórico dos docentes e do movimento mais geral da sociedade, como afirmam Bravo e Matos (2009), o Serviço Social permaneceu orientado pela vertente modernizadora, que era a moldura teórica e metodológica que sedimentava a ação profissional na prática curativa, com técnicas de intervenção, burocratização das atividades, psicologização das relações sociais e concessão de benefícios.

O movimento da Reforma Sanitária, que teve início na década de 1970, foi um movimento social, estruturado durante a luta pela redemocratização, que reuniu iniciativas de diversos setores da sociedade, desde os movimentos de base, até a população de classe média e os sindicatos. Sua concepção política e ideológica defendia a saúde não como uma questão exclusivamente biológica, a ser resolvida pelos serviços médicos, mas sim como uma questão



social e política a ser abordada no espaço público (Paim, 2011).

Pode-se destacar dois grandes marcos na luta do movimento da Reforma Sanitária: o primeiro foi a 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, que aprovou o conceito de saúde como um direito do cidadão e delineou os fundamentos do Sistema Único de Saúde; o segundo, a aprovação da reforma pela Assembleia Nacional Constituinte, sacramentada na Constituição Federal de 1988.

Na análise de Bravo e Matos (2009), ocorreu um descompasso da profissão com a luta pela assistência pública na saúde, uma vez que, em meio ao movimento interno de revisão da profissão, não foi realizado um nexo direto com o movimento da Reforma Sanitária. Para os autores, na contemporaneidade, para que o Serviço Social avance no sentido de ter uma intervenção alinhada ao Projeto Ético-Político da profissão, faz-se necessária a articulação do projeto profissional ao projeto da Reforma Sanitária.

Nos anos 1990, consolidou-se no Brasil o projeto político econômico neoliberal, antagônico ao Projeto Ético-Político do Serviço Social e ao projeto da Reforma Sanitária. Segundo Soares (2020), desde então, o projeto privatista na saúde (componente do neoliberalismo) vem conquistando hegemonia. Este projeto se caracteriza por defender propostas como: focalização do atendimento, não universalidade do acesso, contratação de mão de obra desqualificada, desresponsabilização do Estado, responsabilização da sociedade civil, dentre outros. Assim, a materialização do SUS vem cada vez mais se distanciando dos preceitos originais da Reforma Sanitária.

A autora afirma que todas essas repercussões incidem sobre as práticas sociais no SUS e resultam em demandas e requisições para os/as assistentes sociais. Acerca das requisições, elas se revelam na participação nas novas modalidades de gestão, nos processos de aperfeiçoamento da gestão, no engajamento e organização de modelos eficientes e eficazes, nos planejamentos, comissões, acompanhamentos de convênios, contratos de gestão, nas ações emergenciais, na contenção da demanda, nos plantões, dentre outros, reproduzindo a lógica individualista, curativa e predominantemente assistencial, favorecendo um cotidiano de urgência, em que não há tempo para refletir, no máximo, agir imediatamente.

Na contradição vivenciada no cotidiano profissional do Serviço Social na política de saúde brasileira, enquanto o projeto privatista requisita os/as profissionais para realização de seleção socioeconômica dos usuários, atuação psicossocial através de aconselhamento, ação fiscalizatória aos usuários, assistencialismo e práticas individuais, o projeto da reforma sanitária requisita-lhes formulação de estratégias para democratização do acesso à saúde, atendimento humanizado, estratégias de interação da instituição à realidade, interdisciplinaridade, ênfase nas abordagens grupais, acesso democrático às informações, estímulo à participação cidadã, dentre outros (Bravo; Matos, 2009).

Vasconcelos (2022) afirma que, na saúde, o objetivo dos/das assistentes sociais é organizar, aprofundar, ampliar, desenvolver, facilitar os conhecimentos e informações



necessários sobre todos os aspectos da história e da conjuntura relativos à saúde e seus determinantes e à participação social e política dos usuários, a partir do conjunto de conhecimentos que a ciência tem produzido sobre a realidade social.

Neste sentido, Bravo e Matos (2009) sintetizam que o objetivo da profissão na área da saúde é compreender os aspectos sociais, econômicos, culturais que interferem no processo saúde-doença e buscar estratégias para o enfrentamento destas questões.

CFESS (2010) preconiza que as atribuições e competências dos profissionais de Serviço Social, em qualquer campo de trabalho, são orientadas e norteadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da profissão, sendo, portanto, o perfil do/da assistente social para trabalhar nas diferentes políticas sociais aquele que se afasta das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, das práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente.

O trabalho dos/das assistentes sociais na saúde divide-se em quatro grandes eixos: atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação social (CFESS, 2010).

Diante das condições de funcionamento do SUS, materializa-se aos/às profissionais a demanda de suprir as “lacunas” decorrentes da precarização da política de saúde, que tem, como marca histórica, o privilegiamento das ações curativas em detrimento das ações preventivas. Em suma, tudo o que compromete ou prejudica a qualidade do atendimento ao usuário é passível da mediação do/da assistente social (Costa, 2009).

Se a garantia da universalidade e da integralidade da assistência à saúde no Brasil continental, marcado por cenários desiguais, é um desafio, no Brasil Amazônico este desafio ganha contornos de maior complexidade (Sousa *et al.*, 2017). Segundo Barbosa (2016), entre as dificuldades historicamente encontradas para a consolidação do SUS, especificamente no estado do Amazonas, estão as resistências impostas pela estrutura de poder local, dominada por grupos oligárquicos, as condições de vida da população, a baixa densidade populacional, a diversidade étnica, a pobreza, a insuficiência de infraestrutura assistencial e sanitária, as peculiaridades geofísicas e o isolamento.

É dentro dessa especificidade que se realiza o trabalho dos profissionais da saúde, em especial de assistentes sociais. Schweickardt *et al.* (2021) afirmam que o Amazonas, maior unidade federativa do país em extensão territorial, é caracterizado pela geografia dos rios, fluxos e movimentos da população. A baixa densidade populacional, somada às longas distâncias e aos ciclos das águas, influencia diretamente nos meios de vida da população.

Grande parte da população utiliza os rios predominantemente, e muitas vezes exclusivamente, para locomoção e acesso a bens e serviços. Estas peculiaridades trazem dificuldades à implementação das políticas públicas de maneira equitativa no estado, ao acesso dos usuários aos serviços e direitos, aos trabalhadores dessas políticas que buscam garanti-los



e, consequentemente, a assistentes sociais trabalhadores e trabalhadoras da política de saúde.

2.2 Confluências e particularidades

No campo do trabalho dos assistentes sociais no contexto brasileiro, evidencia-se ainda que o maior empregador da categoria é o Estado, por meio dos serviços ofertados pelas políticas públicas, tal como explica Almeida (2007).

Raichelis, Vicente e Albuquerque (2018) analisa que o reconhecimento do Serviço Social como profissão, bem como a profissionalização de seus agentes no Brasil, decorre de complexas interações entre processos institucionais e lutas sociais frente às expressões da questão social. É neste contexto que as políticas públicas constituem mediação privilegiada para o trabalho profissional.

Nesse cerne, utilizaremos a experiência de trabalho no campo da saúde e educação demarcando conexões e particularidades, uma vez que o trabalho profissional nestas políticas apresenta tanto confluências derivadas do compromisso ético-político da profissão e da inserção da profissão no bojo das políticas públicas brasileiras, quanto especificidades em cada campo de trabalho.

Dentre as confluências do trabalho, verificamos que, em ambos os espaços sócio-ocupacionais no contexto do Amazonas, as profissionais são predominantes do sexo feminino. Destaca-se o fato de que, tanto na saúde, quanto na educação, o profissional é convocado a intervir diante das desigualdades sociais que se expressam no cotidiano. Nas duas políticas, os/as assistentes sociais realizam mediação entre os direitos sociais formalmente reconhecidos e as barreiras que impedem sua efetivação. Desta maneira, seja na luta pelo acesso à saúde, seja pelo acesso à educação, o Serviço Social possui relevância estratégica na consolidação e defesa dos direitos sociais (CFESS, 2010; CFESS, 2012).

Outra confluência é o direcionamento centralizado pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social e pela Lei de Regulamentação, que orienta o trabalho profissional em ambos os campos. Soma-se a isto a exigência de um perfil profissional que tenha leitura crítica e conhecimento das condições de vida das famílias e comunidades atendidas, demandando articulação com as redes de proteção social e de atendimento socioassistencial.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assistentes sociais historicamente desempenham seu trabalho no sentido de viabilização dos direitos sociais, sendo a saúde e a educação importantes políticas em que os profissionais constroem seu exercício profissional, desde os primórdios da profissão no Brasil.

Analisando a trajetória da profissão em ambas as políticas, identificamos que as expressões da questão social se apresentam de múltiplas formas e exigem as respostas



profissionais. Além disso, nos vários espaços sócio-ocupacionais de ambas, é necessário mediar conflitos, fortalecer vínculos e construir trabalho interdisciplinar, a despeito das desafiadoras condições de trabalho, da sobrecarga de atividades e das incompreensões sobre as atribuições privativas da profissão, que levam a tentativas de imposição de atividades incompatíveis com as prerrogativas profissionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço social na educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais**. Belo Horizonte, CRESS-MG: 2007. p. 1-16. Disponível em: https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf. Acesso em: 17 set. 2025.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na educação: bases para o trabalho profissional**. 1 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

ANDRADE, R. F. C.; MENEZES, S. V. T.; ARAÚJO, V. G. O trabalho do assistente social na política de educação no Amazonas: aproximações e particularidades. In: ANDRADE, R. F. C.; NOGUEIRA, M. G. (Orgs.). **Direitos, trabalho e gestão social: elos indissociáveis para a proteção social brasileira**. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022. p. 163-181.

ARAÚJO, Viviane Gonçalves de. **O serviço social na educação básica: navegando entre rios e floresta no Amazonas**. 175 f., 2023. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.

BARBOSA, Érica Lima. **Cenário das políticas públicas de fixação e provimento de profissionais de saúde no Amazonas, 1970-1990**. Manaus: [s.n.], v. Dissertação (Mestrado em Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, 2016. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5437/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Erica%20Lima%20Barbosa.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BRASIL. Constituição Federal de 1946. In: BALEEIRO, Aliomar; SOBRINHO, Barbosa Lima. **Constituições brasileiras**. V.3. ed. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/139953> Acesso em: 17 set. 2025

BRASIL. Lei Federal n. 13.935/2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em: 02 set. 2025.

BRAVO, Maria Inês de Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Projeto político do Serviço Social e sua relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. In: MOTA, Ana Elizabete *et al.* **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 4. ed. São Paulo; Brasília: Cortez; OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009. p. 197-217.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação dos assistentes sociais na política de saúde**. Brasília: CFESS, 2010. Disponível em: https://cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em: 21 set. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a atuação profissional de assistentes sociais na política de educação**. 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf Acesso em: 17 set. 2025.



COSTA, Maria Dalva Horácio. Trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) assistentes sociais. In: BRAVO, M. I. S. Política de Saúde no Brasil. In: MOTA, A. E. *et al.* **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 4. ed. São Paulo; Brasília: Cortez; OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009. p. 304-351.

MATOS, Maurílio Castro de. **Serviço Social, ética e saúde: reflexões para o exercício profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

MENEZES, Shirley Vitória Teixeira de. **O trabalho das assistentes sociais entre labirintos e saídas: trilhas da educação básica em Manaus**. 169 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, 2022.

PAIM, Jairnilson Silva *et al.* O Sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. **The Lancet**, Online, 377, 9 maio 2011., p. 11-31 Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(11\)60054-8/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(11)60054-8/fulltext). Acesso em: 21 set. 2025.

RAICHELIS, R; VICENTE, D. e ALBUQUERQUE, V. **A nova morfologia do Trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, André Michel. **As contribuições do serviço social para a realidade escolar no Brasil**. Artigo (Especialização em Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2009.

SCHWEICKARDT, Júlio César *et al.* Somos ribeirinhos: pensamento, território e cuidado em saúde. In: SOARES, E. P; SCHWEICKARDT, J. C.; GUEDES, T. R. O. N.; REIS, A. E. S.; FREITAS, J. M. B. (org). **A arte do cuidado em saúde no território líquido: conhecimentos compartilhados no Baixo Rio Amazonas**, AM. Porto Alegre: Rede Unida, 2021.

SOARES, Raquel Cavalcante. **Contrarreforma no SUS e serviço social**. Recife: Ed. UFPE, 2020.

SOUSA, Amandia Braga Lima *et al.* Rede regional de saúde no contexto Amazônico: o caso de Manaus, Entorno e Alto Rio Negro. **Revista Brasileira Saúde Materno Infantil**, Recife, 17, out. 2017, p. S249-S258. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9304201700S100011>. Acesso em: 10 fev. 2026.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do serviço social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

WITIUK, Ilka de Lima. **A trajetória sócio-histórica do serviço social no espaço escolar**. 311 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.